

Começa negociação de medidas de emergência

Senado recebe propostas de corte de gastos e de aumento de arrecadação definidas pela Fazenda

RICARDO AMARAL
e NÉLIA MARQUEZ

BRASÍLIA - Começa esta semana a negociação política do ajuste fiscal. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, apresenta hoje, ou no máximo amanhã, ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), as propostas de corte de gastos e de aumento de arrecadação definidas por técnicos do governo em reuniões realizadas no fim de semana prolongado.

Antonio Carlos e o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), já foram informados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso sobre as linhas gerais do ajuste, que inclui um aumento na alíquota da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF), de 0,2% para 0,3%. A parte mais delicada é a participação dos Estados e municípios no esforço, que depende da votação de uma nova Lei de Finanças Públicas.

A negociação do ajuste dos Estados depende não apenas do Congresso, mas também dos governadores. Por isso, é preciso aguardar o fim do segundo turno das eleições nos Estados, para que o governo e os presidentes da Câmara e do Senado conheçam seus interlocutores. Fernando Henrique já foi alertado por ACM e Temer de que a adesão não pode ser impositiva. "A participação dos Estados no ajuste tem de ser voluntária", alertou Antonio Carlos. "Temos de trabalhar para conseguir isso dos novos governadores."

Metas - Essa proposta do presidente do Senado está sendo analisada pelos técnicos da área econômica do governo. A idéia em análise é criar um dispositivo legal por meio do qual os governadores e prefeitos formalizariam, por adesão, um compromisso com metas de equilíbrio em suas contas. Ao mesmo tempo, uma base para o programa de ajuste fiscal nos Estados poderia ser transformada em dispositivo constitucional. Os técnicos avaliam, porém, que essa segunda opção poderia estimular resistência entre os governadores, por ser uma forma menos flexível do que uma lei ou lei complementar.



ACM: "Participação dos Estados no ajuste tem de ser voluntária"

Wilson Pedroso/AE-21/5/98

O instrumento legal que fará o ajuste fiscal nos Estados, porém, só será definido depois das conversas com os governadores, ou seja, depois do segundo turno das eleições. Os técnicos acham que seria inócuo fechar uma negociação sem a participação de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Esses quatro Estados respondem por 80% da dívida estatal e, em todos eles, haverá segundo turno. Isso não indica, po-

ré, que as conversas não possam ser iniciadas. O governo federal deverá optar pela negociação isolada, pois teme-se que uma conversa em bloco poderia abrir espaço para barganhas.

Outro motivo para aguardar ao segundo turno das eleições é

a possibilidade de lançar mão de medidas consideradas ruins pelos governadores, sejam quais forem os eleitos. Um dos recursos para que a União alcance a meta de superávit primário no próximo ano é o corte em pelo menos uma parte dos incentivos fiscais. Trata-se de receita fundamental para certos Estados e o anúncio de cortes, antes do segundo turno, prejudicaria os candidatos aliados ao governo federal, principalmente no Nordeste e Norte do País.

Também já se prepara o ambiente político para cortes nas chamadas transferências voluntárias da União para Estados e municípios. As transferências certamente serão reduzidas, no esforço de ajuste fiscal, de for-

ma a melhorar o desempenho das contas da União.

PROJETO DEVERÁ SER APRESENTADO ATÉ AMANHÃ

parte do ajuste será feita pela União. Isso não descarta, no entanto, a participação dos Esta-

dos e municípios. Da meta de resultado para 1999 acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto (PIB), alguns consultores apontam uma participação de Estados e municípios da ordem de 0,6% do PIB. Maior participação dessas esferas de governo deverá ser requerida na parte estrutural do ajuste, que deve começar a render frutos a partir do ano 2000.

Além dos cortes nas despesas, o governo conta também com alterações tributárias. A cobrança de contribuição previdenciária dos funcionários públicos inativos renderá entre R\$ 3 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, segundo estimativas da área técnica. A cobrança de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) das instituições financeiras deverá render outros R\$ 4 bilhões.

O texto autorizando a cobrança está em tramitação no Congresso. O governo tem preferência por aumento nas contribuições, pois sua arrecadação não tem de ser partilhada com Estados e municípios, ao contrário do que ocorre com a arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).